

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	175.101	167.155
DISPONIBILIDADES (4)	79.343	99.718
BANDES - Depósitos de Livre Movimentação	79.343	99.718
Disponibilidades	72.183	93.001
Disponibilidades - SIF	7.160	6.127
REPASSES INTERFINANCEIROS (6)	80.033	50.164
Devedores por Repasses a Agentes Financeiros	80.033	50.164
BANDES	80.033	50.164
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	15.725	17.273
Títulos de Renda Fixa	35.599.394	24.711.106
Debêntures da Carteira Própria	35.599.394	24.711.106
Debêntures Conversíveis em Ações - Normais	1.905	1.704
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso	16.055.767	11.152.664
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Lei 8.167/91	19.534.539	13.550.890
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01	7.183	5.848
Títulos de Renda Variável	76.928	79.440
Ações da Carteira Própria	73.284	75.796
Cotas de Outros Fundos	3.644	3.644
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS	(35.660.597)	(24.773.273)
(-) Títulos de Renda Fixa	(35.597.489)	(24.709.401)
(-) Títulos de Renda Variável	(63.108)	(63.872)
OUTROS CRÉDITOS	0	0
Rendas a Receber	10	10
Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a Receber	10	10
Ações da Carteira Própria	10	10
(-) Provisão para Rendas a Receber	(10)	(10)
(-) Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a Receber	(10)	(10)
(-) Ações da Carteira Própria	(10)	(10)
TOTAL DO ATIVO	175.101	167.155

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE (9)	259	259
Outras Obrigações	259	259
PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	723	0
Provisão de Ações Cíveis - FUNDES	723	0
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (10)	174.119	166.896
Recursos de Incentivos Fiscais	9.428	9.428
Cotistas	3.283	3.283
Cotas Emitidas	3.283	3.283
Resultados Acumulados	161.408	154.185
Resultados de Exercícios Anteriores	154.179	153.093
Resultado do Exercício	7.229	1.092
Lucro do Exercício/Prejuízo	7.229	1.092
TOTAL DO PASSIVO	175.101	167.155

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	10.899.580	7.449.459
Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição (4)	7.462	7.877
Rendas de Títulos de Renda Fixa	10.888.288	7.436.681
Custos Básicos	6.376	5.044
Encargos Financeiros	1.032	817
Encargos Sobre Atraso	10.880.880	7.430.820
Rendas de Títulos de Renda Variável	643	967
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio	596	572
Valorização da Carteira de Ações	47	395
Rendas de Operações de Repasse	0	744
BANDES	2.419	744
Reversão de Provisões	768	3.190
Títulos de Renda Variável (5a)	766	3.153
Dividendos/Juros s/ Capital Próprio a Receber	2	37
DESPESAS OPERACIONAIS	10.892.351	(7.448.367)
Despesas de Títulos de Renda Variável	(2.560)	(6.408)
Deságio na Venda Direta de Títulos	0	(29)
Desvalorização da Carteira de Ações	(2.560)	(6.379)
Taxa de Administração da Carteira	(834)	(829)
Despesas Administrativas	(137)	(80)
Despesas de Provisões	(10.880.815)	(7.441.038)
Títulos de Renda Fixa (5b)	(10.880.087)	(7.436.517)
Títulos de Renda Variável (5a)	(5)	(4.521)
Provisão Desp. c/ Processos Judiciais	(723)	0
Outras Despesas	(5)	(12)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.229	1.092

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

Eventos	Recursos de Incentivos Fiscais	Cotas Emitidas	Resultados Acumulados	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2014	9.428	3.283	153.093	165.804
- Ingressos de Recursos	0	0	0	0
- Resultado do Exercício	0	0	1.092	1.092
SALDOS EM 31/12/2015	9.428	3.283	154.185	166.896
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2015	0	0	1.092	1.092
SALDOS EM 31/12/2015	9.428	3.283	154.185	166.896
- Ingressos de Recursos	0	0	0	0
- Resultado Cotas SIF	0	0	(6)	(6)
- Resultado do Exercício	0	0	7.229	7.229
SALDOS EM 31/12/2016	9.428	3.283	161.408	174.119
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2016	0	0	7.223	7.229

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/11 a 31/12/2015
SALDO ANTERIOR		24.497
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Carteira Própria)	17.273	163
(+) Subscrição de Ordens de Liberação	0	29
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	202	23
DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Carteira Própria)	4.903.102	3.351.923
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e Sobre Atraso	4.903.102	3.351.923
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Carteira Própria)	0	411.812
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros	0	411.812
DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Carteira Própria)	5.984.985	3.672.783
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e Sobre Atraso	5.984.985	3.672.783
AÇÕES DA CARTEIRA PRÓPRIA	(2.513)	(6.021)
(+) Valorização da Carteira de Ações	47	394
(-) Desvalorização da Carteira de Ações	(2.560)	(6.415)
(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS	(10.887.324)	(7.437.884)
Títulos de Renda Fixa:	(10.888.087)	(7.436.517)
(-) Constituição	(10.888.087)	(7.436.517)
Títulos de Renda Variável:	763	(1.367)
(-) Constituição	(5)	(4.521)
(+) Reversão	768	3.154
SALDO FINAL	15.725	17.273

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2016	01/11 a 31/12/2015
SALDO ANTERIOR	99.718	98.800
ENTRADAS NO PERÍODO (A)	19.997	17.806
Remuneração s/Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição	7.460	7.877
Repasse/Encargos Financeiros	11942	9.313
Dividendos	595	609
Resgate de Ações	0	7
SAÍDAS NO PERÍODO (B)	(40.352)	(16.888)
Ordens de Liberação Emitidas - Repasse	(39.394)	(15.968)
Taxa de Administração de Carteira	(834)	(828)
Resgate de Cotas - SIF	(10)	0
Outras Despesas	(114)	(92)
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)	(20.355)	918
SALDO FINAL	79.363	99.718

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

O FUNDES – Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

9.968 de 27 de dezembro de 2012 para recepcionar os recursos do FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

Em função de recente instituição do FUNDES, e enquanto não sobrevém legislação específica para suas operações, as práticas contábeis: provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

a. Resultado das Operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Direitos

Constituídos por repasses interfinanceiros e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação dos rendimentos em base *pro-rata-die* até o encerramento do balanço.

c. Participação em Ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica “Rendas de Títulos de Renda Variável”;
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas “Valorização da Carteira de Ações” (se positivas), e “Desvalorização da Carteira de Ações” (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício.

d. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativo-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

e. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplemento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

f. A moeda funcional utilizada pelo FUNDES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores expressos estão em milhares de reais.

g. Estas Demonstrações Contábeis foram autorizadas para emissão em 21 de março de 2017 pela Administração (Fundamento: Decreto nº 3669-R de 16/10/2014 – Regulamento FUNDES, Artigo 10, Inciso XI).

4. Disponibilidades no Banco Operador

As disponibilidades R\$ 79.343 (R\$ 99.718 em 2015) são remuneradas conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014 mediante aplicação taxa idêntica à adotada na caderneta de poupança. No exercício de 2016, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 7.462 (R\$ 7.877 em 2015).

5. Carteira de Títulos

a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167,

de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660, de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil, e Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações serão computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício.

A provisão para desvalorização constituída no exercício de 2016 no valor de R\$ 5 e a reversão de provisão no valor de R\$ 766 foram contabilizadas em contas de Resultado do Exercício (Despesas de Provisões e Reversão de Provisões).

b. Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título “Rendas de Títulos de Renda Fixa”. Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de 24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. Essa remuneração é condizente com os encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado, e publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2016 foi de R\$ 10.880.087 (R\$ 7.436.517 em 2015).

6. Repasses Interfinanceiros

a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

REPASSES FINANCEIROS	Saldo das Operações		% de Representatividade	
	2016	2015	2016	2015
FUNRES/IFM-SETOR RURAL	0	49	0	0,1
FUNRES/FLORESTAL	58	81	0,07	0,16
FUNRES - SETOR URBANO II	29	1.979	0,04	3,95
FUNRES/TURISMO	1.088	1.328	1,36	2,65
FUNRES/SAÚDE	106	155	0,13	0,31
FUNRES/INOVAÇÃO	89	136	0,11	0,27
FUNRES/MÉDIA EMPRESA				
COMPETITIVA	9.478	11.441	11,84	22,81
FUNRES/FOMENTO RURAL	18.335	20.277	22,91	40,42
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL GIRO EXCLUSIVO	675	1.080	0,84	2,15
FUNDES/CRÉDITO FÁCIL				
INVESTIMENTO FIXO E MISTO	2.383	2.639	2,98	5,26
FUNDES IMI I	76	0	0,09	0
FUNDES IMI II	3.310	374	4,14	0,75
FUNDES IMI III	19.571	5.993	24,45	11,95
FUNDES/IFM	11.446	3.001	14,30	5,98
FUNDES/TURISMO	2.274	709	2,84	1,41
FUNDES/ECONOMIA VERDE	1.604	554	2,00	1,1
FUNDES ECONOMIA CRIATIVA LP	90	0	0,11	0
FUNDES/MICROCRÉDITO IFM	1.343	151	1,68	0,3
FUNDES/MICROCRÉDITO IMI I	4	0	0,01	0
FUNDES/MICROCRÉDITO IMI II	1.690	30	2,11	0,06
FUNDES/MICROCRÉDITO IMI III	4.959	187	6,20	0,37
FUNDES/INOVAÇÃO	307	0	0,38	0
FUNDES/ECONOMIA VERDE - RISCO "C"	81	0	0,10	0
FUNDES/INVESTIMENTO FIXO E MISTO - RISCO "C"	502	0	0,63	0
FUNDES/TURISMO - RISCO "C"	535	0	0,67	0
TOTAL	80.033	50.164	100,0	100

7. Remuneração do Banco Operador

O Art. 11. do Decreto 3669-R de 16 de outubro de 2014 define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, apurado em 31 de dezembro do exercício anterior, podendo ser debitado em parcelas mensais.

8. Relações com o Banco Operador

	Ativos e (Passivos)		Receitas e (Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Disponibilidades no Banco Operador	79.343	99.718	0	0
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos	0	0	7.462	7.877

9. Passivo Circulante

Corresponde aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União.

10. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido R\$ 174.119 (R\$ 166.896 em 2015) é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

AROLDO NATAL SILVA FILHO
Diretor-Presidente

DENISE DE MOURA CADETE GAZZINELLI CRUZ
Diretora de Administração e Finanças

EVERALDO COLODETTI
Diretor de Crédito e Fomento

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do FUNDES - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES). Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Debêntures da Carteira Própria

Os ativos registrados nesse grupo contábil são investimentos oriundos do Fundo denominado FUNRES, extinto pela Medida Provisória Nº 628 em 28 de Novembro de 2013.

Com a criação, por meio da Lei 10.262 de 07 de agosto de 2014, o FUNDES

assume todo o Ativo e Passivo do FUNRES. Os ativos registrados estão 99,96% provisionados conforme Nota Explicativa 03 e., restando sem provisão o investimento no próprio BANDES.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 - S - SP

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - SP
Sócia Responsável Técnica